

FACULDADE DE LETRAS  
INSTITUTO DE ARQUEOLOGIA

# CONIMBRIGA

*VOLUME XV*



UNIVERSIDADE DE COIMBRA

1976

## RECENSÕES BIBLIOGRÁFICAS

HYDACE, *Chronique*, 2 vols. Introdução, texto crítico, tradução, comentário e índice por ALAIN TRANOY, col. «Sources Chrésiennes» n. 219. Les Éditions du Cerf, Paris, 1974; t. I, 179 p., 3 estampas em couché; t. II, 171 p., 3 mapas desdobráveis.

Um texto crítico da *Crónica* de Idácio de Chaves há muito era desejado não porque a sua obra nos fosse, de todo, inacessível mas porque, entre modernas edições críticas de antigos autores hispânicos, historiograficamente muito menos importantes, que eruditos como Diaz y Diaz, Cordoñer, Ioannes Gil e outios nos iam oferecendo, já tardava esta obra.

Se o texto reconstituído por A. Tranoy não diverge muito do que foi apresentado por Mommsen (*G. M. H., Chr. Min.*, II, t. XI, p. 3-36) nada temos a lamentar. Pela presente edição, além de um texto acessível, ficamos a conhecer as pequenas divergências dos manuscritos e, por isso, mais tranquilos quanto à sua utilização e interpretação. É o mérito principal deste livro, embora o capítulo sobre a cronologia seja de muito interesse e novidade. Relacionadas ainda com este aspecto último apresenta Tranoy, ao longo do comentário, referências, bem fundamentadas, sobre personagens e acontecimentos políticos, religiosos e até naturais, de âmbito extra-peninsular, que aparecem citados em Idácio. É nestes pontos que o Autor acumula citações, e bem, porque este era o aspecto menos liderado pelos comentadores, sobretudo hispânicos, anteriores, que não tiveram acesso a tão rica bibliografia. Já em assuntos peninsulares há uma relativa pobreza de comentário e de citações. Compare-se a bibliografia apresentada, para a mesma época, por Sanchez-Albornoz (*Estudios Criticos Sobre Hist. Reino de Astúrias*, t. I, Oviedo, p. II e seg.). Trabalhos como o de T. Sousa Soares, *Reflexões sobre a Origem e Formação de Portugal*, Coimbra, 1962, o de M. Martins, *Correntes de Filosofia Religiosa em Rraga dos sécs. IV a VII*, Porto, 1950, poderiam ser citados e estudos como o de Sanchez-Albornoz sobre o exército visigótico (*Cuadernos Hist. de España*, t. XLIII-XLIV, Buenos Aires, 1967, p. 5-73), o de Orlandis sobre o valor étnico da onomástica dessa época (*Anuario Estudios Medievales*, t. III, Barcelona, 1966, p. 27-64), o de P. de Palol onde procura cartografar

todos os dados, inclusive do Noroeste, para a demografia e arqueologia hispânicas do séc. iv ao vm (BSAA, t. XXXII, Valladolid, 1966, p. 5-66) e, embora muito discutível nas conclusões, o de Chamoso Lamas sobre necrópoles paleocristãs e suévicas da Galiza e de Portugal (*Anuário Est. Medievales*, t. II, Barcelona, p. 433-448) poderiam ter dado ao Autor um maior poder de análise e uma mais rica problemática.

A tradução que Tranoy nos oferece nada tem de crítica, é, por vezes, infiel e, outras vezes, pouco fina. É a parte mais fraca e menos cuidada da obra, o que, naturalmente, foi prejudicar muito o comentário bem como a introdução que a antecede. Traduzir *Arrianam* (...) *perfidiam* por «incroyance arienne» (I, p. 129) ou *stultissimae sectae* por «secte impie» (I, p. 133) é ser inexacto; *medias partes Gallaeciae* é expressão muito mais precisa que «régions intérieures de la Galice» (I, p. 131), e traduzir *peregrinatio* por «voyage» é forçar. Mas vejamos toda a frase em que aparece esta palavra para exemplificarmos a pouca finura em algumas passagens traduzidas. Referindo S. Jerónimo, escreveu Idácio: *Quem, quondam tempore propriae peregrinationis in supradictis regionibus, adhuc infantulus, uidisse me certus sum*, frase convertida desta maneira: «Et à un certain moment de mon propre voyage dans ces régions, je peux assurer l'avoir vu, alors que j'étais encore un jeune enfant». Além de ter sido, certamente, uma «peregrinação» o texto original di-lo doutra maneira e diz mais. Idácio não pretende garantir que vira S. Jerónimo mas antes recordar um encontro de que, apesar de ter acontecido quando ainda era criança, bem se lembra.

É claro que a tradução de um texto como o de Idácio, para mais feita por historiador que também é autor de um comentário, nunca é «inocente» como esta própria análise também o não é. Tranoy quis certamente forçar a ideia, que na introdução explanou, de que a ida de Idácio ao Oriente fora por motivos de educação. Nem a idade de Idácio (teria então 11-12 anos, como o Autor defende) nem o texto permite tal interpretação. Por um lado, ir para o Oriente completar a formação, exigiria uma idade mais adulta e uma maior permanência em qualquer centro ou escola. Por outro lado, dizendo Idácio que nessa viagem visitara diversos lugares e vira S. Jerónimo, S. João, S. Eulógio e S. Teófilo mostra bem ter percorrido um itinerário, muito típico, das peregrinações ao Oriente, nessa época. Essa ida ao Oriente terá sido feita não certamente com um pedagogo mas antes com familiares.

É pena verificar, reportando-nos ainda à tradução, que só um termo, *conuersio*, tenha sido objecto de elucidação crítica acerca do seu exacto significado (I, p. 13-14), mas só relativamente a Idácio, porque, quando a palavra se aplica aos bárbaros, *ad pacem ineundam, domino miserante, conuersi* — nada se diz. Palavras essenciais para a real compreensão do texto como *depraedatio, rector, plebem, familia, sevituti, castella, captivitate*, etc. mereciam esclarecimentos, com base em glossários, como o de Ducange, e na literatura da época, sobre os seus possíveis e exactos significados.

É certo que, para se descobrir a real significação de um texto, sobretudo quando ele pertence a alguém que está absolutamente comprometido, ideo-

lógica e vivencialmente, com grande parte dos acontecimentos que relata, como é o caso de Idácio, impõe-se uma análise sobre as «matrizes» ideológicas e psicológicas do autor. Foi pena que, sobre este aspecto, Tranoy nada tivesse tentado, apresentando uma biografia do bispo de Chaves muito mecânica. E isto é tanto mais de estranhar quanto a *Crónica* de Idácio é em muitos parágrafos uma autobiografia. Nem este domínio era inédito. Casimiro Torres (*Peregrinaciones de Galicia a Tierra Santa en el Siglo V*, «Compostellanum», vol. I, Compostela, p. 436) defendera já — e bem — que o anti-priscilianismo de Idácio derivava, em parte, de ele, psicologicamente, se encontrar muito perto de Prisciliano. O seu, poderíamos dizer, «providencialismo sideral» bem o mostra. Também diversos autores têm chamado «pessimista» a Idácio. Esta é uma questão crucial para uma compreensão veraz da sua obra que importava colocar frontalmente. Pessoalmente, a este problema responderíamos negativamente. Idácio nasce numa época em que a romanidade parecia triunfar para sempre. No *conventus bracaraugustanus*, mais do que numa renascença teodosiana, podemos falar num verdadeiro *floruit*, na segunda parte do séc. iv e princípios do v, baseados nos marcos miliários de Magnêncio, Valentiniano, Graciano e Valente, da Geira, Braga, Rubiães, e do Marco de Canavezes; nos testemunhos excelentes de arte paleocristã (Schlunk, *Die frühchristlichen Denkmaler aus dem Nord-Westen der Iberischen Halbinsel*, «Legio VII Gemina», Leon, 1970, p. 477-509 — este é mais um trabalho que deveria ter sido utilizado pelo Autor); nos mosaicos funerários que parecem ter abundado pela zona e de que há testemunhos em Quires (Marco), em Frende (Baião) e Covelinhas (Peso da Régua), na actividade literária que se pode documentar em Braga (M. Martins *op. cit.*) e numa razoável abundância de cerâmicas importadas que se encontram inclusivamente pelas zonas rurais. Quando Idácio começa a participar na vida pública, o panorama já não é o mesmo. À medida que a autoridade romana se demite, vão os Suevos afirmando o seu poder. Em povoados como Fiães (Feira), Guifões (Matosinhos), Mozinho (Penafiel), as cerâmicas importadas, posteriores aos meados do séc. v, deixam de aparecer. O numário que circula, à excepção de algumas moedas de ouro, pertence ainda ao séc. iv. Comercialmente, algo parece ter mudado radicalmente na zona. Povoados como Fiães e Mozinho parecem ter sido, então, abandonados. Os Suevos não podem ter sido os culpados de tudo isto. As fomes e as pestes de que fala Idácio devem ter sido as grandes responsáveis. J. Orlandis, embora para a época visigótica (*Hist. Econ. y Social de Espana*, t. I, Madrid, 1973, p. 489-491), deu-nos um esclarecedor relato dos problemas que estes factores causaram. Tendo assistido a tudo isto, recordado da época próspera em que nasceu, sendo, por um lado, ideologicamente adepto da romanidade — aliás na sequência de S. Jerónimo a quem muito admira — e estando, por outro lado, imbuído da mentalidade local de que os astros influíam nos acontecimentos, não poderemos chamar pessimista ao relato que Idácio nos deixou, até pelo seu desejo de que alguém o continuasse.

O bispo de Chaves é também um ótimo representante da mentalidade religiosa, paleocristã, do seu tempo, embora na intensidade com que vive as crises disciplinares e, principalmente, no ardor que pôs na luta anti-herética, seja muito hispânico. Toda a sua atitude e actividade religiosa, mesmo como bispo, estão viradas para a disciplina eclesiástica e contra aqueles que acreditam em Deus ou em Cristo de maneira heterodoxa. Para ele, S. Jerónimo e Santo Agostinho são grandes porque venceram heresias. Com S. Martinho de Dume, cem anos depois, temos nesta zona uma pastoral muito diferente, virada para as paróquias e para os ainda pagãos, e, assim, o fim do paleocristianismo de que Idácio é um bom testemunho.

O comentário que Tranoy nos oferece da *Crónica* ultrapassa de longe os trabalhos de W. Reinhart, muito marcados pelo pan-germanismo, e os de Manuel Torres, Gibert, Sousa Soares, etc.. Porém os estudos de Casimiro Torres, que é o autor hispânico que mais e melhor escreveu sobre Idácio, continuam a ombrear e, em certos aspectos, a ultrapassar a análise de Tranoy. Supomos que este autor, ao longo do seu comentário, mais vezes se deveria ter encontrado, concordando ou não, com aquele, como, por exemplo, fez na questão dos limites orientais da Galécia. Neste problema Tranoy hesitou, acabando por nos apresentar nos mapas II e III uma solução, única, e não duvidosa. Supomos que as razões, apoiadas em Orósio e Idácio, de Casimiro Torres são convincentes e que outros argumentos de ordem geográfica e cultural podem ser aduzidos. A Oriente, os limites da Galécia são mais ou menos os da bacia do Douro. É nesta parte da Galécia, que depois pertencerá a Leão e a Castela, que se instalaram os Vândalos Hasdingos. Serão, por isso, os Suevos os grandes responsáveis pelo conceito de Galiza que a Idade Média e nós herdámos. Seja como for, se, no texto, Tranoy não tomou posição acerca dos seus limites orientais, os mapas II e III deveriam apresentar as duas hipóteses de solução. De resto, nos dois mapas, quanto aos limites orientais, também não há concordância.

Uma análise ao comentário de Tranoy levar-nos-ia muito longe, porque era discutir toda a historiografia dos Suevos. Vamo-nos, por isso, referir só a alguns aspectos mais importantes em que vemos as coisas de modo diferente.

Relativamente ao *foedus*, aquando do assentamento dos bárbaros em 411, Tranoy, embora duvidando, toma posição contrária à sua existência. Todos concordamos que não houve um *foedus* do género daquele que existiu, mais tarde, entre os Visigodos e o império romano. Mas que tenha havido um certo acordo dos Suevos, Alanos e Vândalos com a autoridade romana, aquando da ocupação das províncias *ad inhabitandum*, têmo-lo como certo. A sua existência é sugerida por Orósio e também por Idácio. Eis algumas razões tiradas deste último. Sem um tratado, como se poderia compreender que quatro povos tivessem chegado a acordo, lançando sortes, para um *inhabitandum* por províncias à excepção da Tarraconense, região que Roma continuará a reclamar para si em todos os tratados seguintes, até à sua efectiva ocupação pelos Visigodos? Por isso, só nesta província encontramos

referência a federados (Id. 141). O *inhabitandum* só poderia derivar do direito *hospitalitas*, que só a autoridade romana poderia garantir. Certamente, como sugere Orósio (*Hist. Ad.*, VII, 43), porque os Alanos abusaram deste direito de hospitalidade é que foram castigados, em nome de Roma, por Valia, em 417, o qual respeitou os Suevos e Hasdingos por estes se comportarem dentro das normas combinadas. Por sua vez, quando os Suevos, vendo a demissão da autoridade romana, não respeitam a *hospitalitas* e se excedem, é que os galaico-romanos recorrem a Écio.

Segundo Idácio deixa entender, os Suevos instalaram-se, sobretudo, pelas zonas rurais. As cidades e os castros mais importantes terão ficado na posse e guarda dos galaico-romanos: *Hispani per duitates et castella residui a plagis barbarorum per prouincias dominantium se subiciunt seruituti* (Id. 49); *per plebem, quae castella tutiora retinebat* (Id. 91). O ataque dos Suevos a cidades como Lugo, Chaves e até Conimbriga e o dos Visigodos a Braga, onde prenderam romanos, assim compreende-se bem. Por isso, a oposição de tipo social e religioso que Tranoy procurou descobrir (I, p. 49) entre o campo e a cidade, nesta época, é somente étnica, tanto mais que a Galécia, sem grandes cidades, além de ter sido sempre marcada pelo aspecto rural, que a historia do século seguinte confirma com os bispados de Dume e de Meinedo, não oferecia condições para isso.

É possível que os Suevos ocupassem alguns lugares especiais, onde sucediam a guarnições romanas. Portucale e Tui, em posições estratégicas, junto de zonas de passagem, podem ser deste tipo, mas a Crónica de Idácio não deixa dúvidas de que as cidades e até os castros mais fortes eram defendidos pelos hispano-romanos, que se encarregavam também da sua guarda.

Por 430, os Suevos, sob Hermerico, começam a fazer incursões pela Galiza, actos que Idácio qualifica, segundo a sua lente de hispano-romano-opositor, como «depradações». Vemos porém, facilmente, que são acções bélico-políticas procurando, por seu intermédio, assegurar o domínio da região, ocupando o lugar da autoridade romana. Na verdade, durante elas fazem habitualmente reféns e terminam-nas, muitas vezes, por negociações. A atitude política dos Suevos foi crescendo na medida em que a autoridade romana, civil, se ia demitindo. Duma missão política junto de Écio foi encarregado Idácio e a paz de 432 foi alcançada *sub interuentu episcopali*.

A partir desta época começa a notar-se certa colaboração de hispano-romanos na organização do reino suévico. Simpósio, bispo galaico-romano como o nome garante, encarrega-se de uma missão pró-suévica, junto do poder romano, conduta da qual Idácio parece não ter gostado (Id. 101). Tranoy procurou explicar a atitude colaboracionista daquele bispo por uma suposta simpatia pelo priscilianismo. Julgamos que não, porque se assim fosse, o arrebatamento anti-herético de Idácio o teria denunciado. De resto, os Suevos eram, na altura, pagãos. O entendimento e a colaboração de galaico-romanos permite uma certa afirmação do reino suévico. Após 438, sob Réquila, dispõe-se de um exército, bem organizado, que vence as tropas

romanas de Andevoto (438) e de Censório (440), conquista a Lusitânia e a Bética e põe em fuga o numeroso exército de Vito (446).

Em 448, sucede, na chefia do reino, Requiário, com uma certa oposição de pessoas da sua família (Id. 137), o qual inicia uma política de aliança com o rei visigótico, Teodorico, casando com sua filha. Um etnólogo estruturalista faria aqui larga consideração sobre o valor do casamento, como aliança, que encontramos de maneira bem explícita nesta época e que tantas vezes se irá repetir nas relações das monarquias medievais. Devido ao casamento ter este valor e significação, as leis romanas proibem as uniões legais entre romanos e bárbaros e por isso é que Idácio (*Crón.*, 57) sente repulsa e recorrerá a uma profecia de Daniel ao lançar a notícia do casamento de Gala Placídia com Ataúlfo e falará do inevitável falhanço desta união.

A política de Requiário para dominar a Tarraconense, com incursões bélicas, levanta sucessivamente a oposição da autoridade romana e dos próprios Visigodos que já tinham aí interesses. Por isso, Teodorico, em acção punitiva feita em nome da autoridade romana, invade a Galiza, vence Requiário perto de Astorga e desce sobre Braga, cidade que, certamente por resistir e colaborar com Requiário, foi tomada, pilhada, sendo presos numerosos romanos (Id. 174). Agindo Teodorico em nome de Roma, esta prisão de numerosos romanos, certamente como reféns, não se percebe a não ser como castigo da colaboração dada ao reino suévico.

Preso Requiário em Portucale, e morto, aparecem entre os Suevos, dispersos, duas realzas, facções com uma clara demarcação geográfica; a do Sul, do distrito judicial de Braga, e a do Norte, da zona de Lugo. Aproveitando certamente rivalidades locais, tão típicas, e possivelmente restos da discordância surgida quando Requiário sucedeu a Réquila — o qual teve oposição de parte da família e parece ter tido bastante apoio na zona bracarense, porque aí se refugiou — vemos suceder no governo suévico da área do distrito bracarense Agiúlfo, Frantano e Requimundo e no domínio da zona de Lugo Maldras e Frumário. Cada um destes reis procura estender o seu poder à região que reconhece o domínio do opositor. Assim Maldras, em 457, faz devassas pelas ricas regiões do Douro e, em 459, pela Lusitânia entrando depois em Portucale em pé de guerra. Idácio, dizendo que Maldras, ao morrer degolado, teve a sorte que merecia, mostra bem a antipatia que tinha por ele (Id. 198). Foi isto em Fevereiro de 460. A seguir, na altura da Páscoa, Suevos atacam de surpresa a cidade de Lugo, massacrando o *Tector* e alguns galaico-romanos. Este golpe deve relacionar-se com o assassinato de Maldras, a quem sucedeu Frumário. Este, em Agosto, saqueia a zona de Chaves, levando preso a Idácio, possivelmente por este ser partidário de Requimundo. A este ataque respondeu Requimundo invadindo a região de Orense e as costas do distrito de Lugo. Em muitas destas oposições, como na prisão de Idácio, quis Tranoy ver o reflexo de lutas religiosas, contra ou a favor do priscilianismo. As razões que apresentamos explicam tudo e muito melhor e se Idácio tivesse sido preso por ser anti-priscilianista, de certeza que o teria dito.

A *Crónica* de Idácio dirá tanto mais quanto melhor conhecermos a Galiza do séc. y, sobretudo através de escavações que mal começaram. Há, porém, já um certo número de achados, publicados uns, inéditos outros, que se podem atribuir ao período suévico e cuja análise e cartografia urge fazer para poder-mos ilustrar um pouco o texto de Idácio.

Dos estudos etnológicos, sobre a vida tradicional do povo do Noroeste, poderia Tranoy ter aproveitado certos dados. Assim talvez tivesse interesse relacionar o assentamento dos Suevos, pelas zonas rurais, com a hipótese, de Jorge Dias (*Die. Hist. de Portugal*, s. v. arado) de o arado típico do Noroeste ter sido introduzido por eles próprios. E também certos tipos de espigueiros. A hipótese de Reynolds — chegada de Suevos pelo mar —, que mereceu a Tranoy urna simples linha de texto talvez tivesse tido mais espaço e atenção, que suponho merecia, se o Autor tivesse conhecimento da teoria de F. Beaudouin (*Les Bateaux du Douro*, «Rev. de Etnografia», vol. II, Porto, 1964, p. 321-408) que defende a origem suévica para os barcos rabelos do rio Douro. Mas, sobretudo, merecia maior desenvolvimento o estudo da mentalidade de Idácio e quanto ele, como escreveu Casimiro Torres (*Las Supersticiones en Idácio*, «Cuad. Estudios Gallegos», t. XI, Compostela, 1956, p. 181), «representa a la Galicia del siglo Y: devota, supersticiosa, tenaz y resignada». E nesta sequência terminamos. Assim como Marrou (*Saint Augustin, Oróse...* «Settimane di Studio...», t. XVII, Spoleto, 1970, p. 69) lembrava que a expressão de Osório «*obliqua misericordia* de Deus» se poderia compreender melhor se recordássemos o ditado português, «Deus escreve direito por linhas tortas», assim também, para entendermos a notícia da *Crónica* (Id. 215) onde se diz que a cidade de Antioquia — para referir um terramoto que a terá destruído — «foi, por castigo de Deus, engolida pela terra e dela, emergindo, só se vêem as pontas das torres», o que é absolutamente inverosímil — teremos de recordar a crença, muito arreigada em terras galegas de que no fundo da lagoa An tela — precisamente em Ginzo de Lima, terra onde Idácio nasceu—jaz debaixo das águas uma cidade, submersa por castigo de Deus, da qual emergindo nas manhãs de S. João se vêem os cimos das torres.

C. A. FERREIRA DE ALMEIDA